

ESTADO E CULTURA : o necessário conflito

Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista

Universidade de Aveiro - Portugal

ESTADO E CULTURA: o necessário conflito

Resumo: Esse trabalho evidencia as relações entre Estado e Cultura, tal como se desenvolveram ao longo da História Ocidental. Aproximando o Estado da noção de Poder Político e a Cultura de Poder Espiritual, este texto discute os modos de articulação dialética entre ambas as realidades. As questões da Economia e Gestão Culturais são tratadas com o intuito de investigar a legitimidade epistemológica e os limites éticos e políticos no domínio das 'Políticas Culturais'. Por fim, conclui-se que há a necessidade de manter um necessário e saudável distanciamento crítico entre Estado e Cultura, indispensável ao desenvolvimento das atuais sociedades de regime político democrático.

Palavras-chave: Estado, cultura, políticas culturais, democracia.

THE STATE AND CULTURE: a necessary conflict ...

Abstract: This study highlights the relationship between the State and Culture, as they were developed in the western culture and in the western history: The State is perceived as the Political Power, and Culture, pictured as the Spiritual Power. Both of these concepts have developed a dialectical and controversial articulation between them. Issues related to Economics and Cultural Management are also assessed in order to stress the epistemological, ethical and political limits considering the culture intervention in public policies. This paper also argues that a certain level of confrontation between Culture and the State is necessary and even desirable to enhance both, but above all to protect social development and democratic societies.

Keywords: State, culture, cultural policies, democracy.

Recebido em 22.06.08. Aprovado em 22.08.2008.

1 INTRODUÇÃO

Na tradição da cultura ocidental, e mais especificamente europeia, as relações entre Estado e Cultura apresentam-se como das realidades mais equívocas, contraditórias, tensas e dinâmicas de que há memória. Historicamente dependentes uma da outra, procurando-se e exigindo-se mutuamente, rapidamente a sua relação se torna conflituosa e, quantas vezes, em puro exercício de poder.

A gênese desta dinâmica reside efectivamente na essência e objectivos de cada uma delas: enquanto o Estado encarna o poder económico e o poder político, no sentido estrito (portanto, a esfera material da vida), a Cultura ocupa-se do domínio da criação, que poderíamos designar mais latamente por espiritual (mesmo quando o que está em questão é a criação de objectos artísticos materiais ou a da cultura popular).

Tendo no seu centro o artista/produtor/criador cultural, este sistema é hoje entendido como um jogo, conflito, luta e oposição dialéctica entre outros três tipos de agentes: públicos, mediadores e decisores/produtores. As relações entre o artista e o público são centrais, embora nem sempre fáceis, e podem designar-se como constituindo uma espécie de subsistema artístico. Já o sistema cultural inclui hoje os decisores (financiadores, políticos...) e os mediadores (jornalistas, críticos, publicitários...).

Desde 1969/70 que na Europa, e mais particularmente em França (que, do ponto de vista cultural exerce uma influência muitíssimo importante para a esmagadora maioria dos países europeus, onde Portugal se inclui), abandonou-se o conceito de 'secretaria de estado dos assuntos culturais' para se passar a entender o desenvolvimento cultural como uma política global da cultura, integrada no desenvolvimento global do país. As regras do sistema cultural passaram a ser estudadas e compreendidas de forma muito específica, contribuindo para conferir ao sistema uma identidade própria e um comportamento particular (BERTALANFFY, 1999; MOLLARD, 1994). Entre elas, destaca-se a 'hipérbole cultural' que se refere aos efeitos de politização, mercantilização e manipulação que a democracia cultural tem, forçosamente, como uma das suas consequências mais perversas, da qual provém o corolário da sanção da oferta pela procura.

Outra característica do sistema remete para o facto de a criação ser cada vez mais social/colectiva, longa no tempo e complexa. Para além disso, a criação cultural passou hoje a relevar de uma luta dialéctica entre os critérios da qualidade e da quantidade. Finalmente, e como última, mas não menos importante regra do sistema cultural, conta-se o seu objectivo final de transformar a criação em memória. Na verdade, é a acumulação de obras de arte e do espírito que constituem propriamente a cultura.

2 ESTADO VERSUS CULTURA OU DO PODER POLÍTICO AO ESPIRITUAL

A história das relações entre Estado e Cultura é, assim, a história das lutas e mútuas reivindicações e expectativas entre o poder político e poder espiritual: na cultura ocidental, e logo desde os gregos, o primeiro compreende que deve colocar o segundo ao seu serviço, se quiser manter o seu prestígio e perpetuar uma dada imagem de si próprio; o segundo cedo adquiriu a consciência da sua fragilidade intrínseca, sobretudo se não dispuser do apoio do poder político e económico, ou como durante séculos se disse na Europa, do 'braço secular'.

À medida que o poder espiritual se laiciza (e deixa de se esgotar completamente nas actividades da Igreja Católica Romana), encaminhando-se para aquilo que hoje entendemos genericamente sob o termo 'cultura', as relações com o poder político e económico tornam-se ainda mais equívocas. É, de facto, no Renascimento dos séculos XIV, XV e ainda XVI, que a valorização das actividades do espírito humano atingem a sua expressão enquanto realidade emancipatória e mesmo construtora da humanidade. O Humanismo implica precisamente, e pela primeira vez na história do Ocidente, esse impulso de autonomização ideal da cultura.

Na prática, as relações com o poder económico e político mantêm-se exactamente as mesmas: os mecenas, os reis e os grandes senhores (dos Medici aos Lorenzo) necessitam de artistas, intelectuais, poetas e cientistas que produzam um discurso legitimador que ultrapasse a voragem do tempo e os faça permanecer na memória histórica da humanidade. Sob a capa de uma aparente laicização, a cultura permanece intimamente dependente do poder político e económico, embora sempre se sinta moral e intelectualmente superior àquele. Na verdade, é na base desta aspiração perene de autonomia e liberdade da Cultura face ao Estado (na prática, muito ilusória) que os discursos e movimentos culturais são ciclicamente produzidos contra os poderes económico e político. Estes, porém, cientes de que os seus meios são indispensáveis à prossecução dos mais altos fins culturais e espirituais da humanidade, foram aplicando, de forma mais ou menos clara ou consciente, os seus métodos de censura e controlo na produção cultural.

Em última análise, aquilo que interessa ao poder político e económico representado pelo Estado é que a Cultura possa produzir um discurso que o legitime, sem o qual o seu poder será vazio e efémero (LOURENÇO, 1974). Todos os outros sectores da cultura, que passam pela crítica, pela criação do inovador ou pela libertação de forças de consciência e acção política, no sentido da autoconstrução do cidadão e da sociedade, são vistos, naturalmente, com desconfiança. Por seu turno, a Cultura (dos criadores aos espectadores,

passando pelos bens culturais) deve a sua legitimidade à prossecução de fins que lhe são próprios e reputados pelos homens como dos mais nobres da humanidade: a busca e construção poietica da sua humanidade através do acto criativo, da crítica (auto e hetero), do aperfeiçoamento de si mesmo e dos outros. Ora, como se vê, trata-se de fins profundamente divergentes e até incompatíveis entre Estado e Cultura que, ao longo da história europeia e ocidental, têm resultado em conflitos diversos, resolvidos de modos também eles diversos.

Se o Humanismo Renascentista pôde impor o domínio da cultura (até porque nela pôde integrar uma nova esfera que é a ciência e que progressivamente ganhará relevo neste lato conjunto das actividades culturais (ESPINOSA, 1996)) e assinalar nela uma pulsão que idealmente seria laica e desvinculada do poder religioso (agora remetido para a esfera da crença individual), o Barroco vem a demonstrar o quanto tal laicização feriu no seu cerne a cultura tornando-a formal, gongórica e até vazia.

Com o Iluminismo, um reforçado retorno da ideia de cultura, como possibilidade de desenvolvimento até económico e político das sociedades, é agora apresentada, de um modo reformulado: só as elites educadas e preparadas podem compreender plenamente a cultura que vem do passado e tornar-se os criadores dos bens espirituais que o presente legará às gerações vindouras. Um tal elitismo cultural de que os reis e os Estados se procuram iluminar (de modo a que o resto da humanidade os siga por imitação e não por verdadeira consciência do acto cultural) será fortemente contestado, com o advento da Revolução Francesa e, depois, de todas as revoluções liberais, do Velho Mundo ao Novo Mundo: o povo passa a reclamar para si a possibilidade de serem também sujeitos de criação e actores políticos de pleno direito.

Assim, o que no Iluminismo era considerado como produção 'perigosa' e até 'subversiva' apenas dirigida ao escol iluminado (onde se contava o próprio Rei), está agora entregue potencialmente a todos. E dizemos potencialmente, pois que o carácter subversivo e crítico e, portanto, política e economicamente perigoso, da Cultura só se tornará uma realidade temível com a escolarização massiva dos cidadãos. Todo o século XIX e ainda o XX lutarão por este último, e primeiro, direito do cidadão à Cultura. As grandes revoluções dos séculos XIX e XX serão suas filhas. Porém o século XX transformará este cidadão, agora quase generalizadamente escolarizado, num 'consumidor' mais ou menos amorfo de uma realidade e de um produto que, na maior parte dos casos, apenas conserva o nome de 'Cultura' e parte do seu antigo prestígio (cf. no caso especificamente português, entre outros, MELO, 2001 e Ó, 1999).

O Estado actual que representa, sobretudo, um papel económico (e partilha o poder político cada vez mais com a esfera designada por Cultura), tratou

de funcionalizar os agentes culturais, valorizar o que na Cultura tem uma dimensão eminentemente celebratória do seu próprio poder ou repetitiva do passado (MALTEZ, 1991). A cultura tornou-se assim 'um produto', imerso num 'mercado cultural' cada vez mais globalizado; o criador cultural, num 'gestor de produto' e o fruidor, num 'consumidor' generalizadamente pouco exigente, com escasso sentido crítico e mais ou menos passivo e amorfo. Deste modo, a cultura tornou-se na sua própria caricatura, reduzidos que estamos todos (ou quase todos) ao consumismo de uma indústria de lazer e entretenimento que vem substituir o poder profundamente subversivo de uma das mais antigas e importantes actividades humanas.

3 ECONOMIA E CULTURA: um estado de coisas

A primeira questão que se nos coloca, então, neste contexto, é a seguinte: Que legitimidade tem o poder político ou económico (que hoje a esfera cultural também pretende possuir, ultimamente reivindicando para si este último – o negócio da cultura – que durante séculos lhe pareceu desprezível), para transformar o objecto cultural em um bem de consumo de massas, produto de uma indústria cultural de entretenimento e submetido à feroz lógica do mercado, próprio das nossas sociedades liberais capitalistas? Afinal, em que condições poderemos ainda falar de cultura, no âmbito da gestão cultural (ADORNO; HORKHEIMER, 1972)? Estaremos ainda a falar de Cultura, no sentido rigoroso do termo (MOLLARD, 1994)?

A questão permanece válida, qualquer que seja o tipo de cultura a que nos estejamos a referir: apreendida, quer pelo lado da Cultura popular, tradicional, rural, quer pela perspectiva de uma Cultura urbana, das elites artísticas e intelectuais ou ainda pelo viés da fruição do património histórico, construído ou natural. A questão da autêntica fruição e produção cultural coloca-se, em nosso entender, sempre e em primeira instância, ao nível da liberdade do sujeito. Depois, na sua capacidade criadora e recriadora, que institui a cultura no domínio de uma experiência que acrescenta algo à consciência do indivíduo (ADORNO; HORKHEIMER, 1972).

Na verdade, os próprios Estados mais avançados do Norte da Europa, liberais por natureza, compreenderam já o quanto Marx, na senda de Hegel, tem razão no que respeita à teoria da Alienação (MARX, 1975). Daí que nesses contextos seja sobretudo valorizada, e hoje já quase generalizada, a actividade criativa de sujeitos livres que, através de um trabalho que procura ser cada vez mais criativo e libertador (deixando à tecnologia a resolução de tarefas rotineiras, mecânicas e alienantes), permita ao indivíduo ver-se reflectido e acrescentado na sua essência humana. Máxima valorização, pois, da Cultura e das actividades culturais em que cada um não é espectador passivo e alienado, mas construtor activo da sua humanidade, quer quando produz, quer quando é fruidor cultural.

A este propósito, uma comparação com o domínio futebolístico (uma das áreas em que Portugal e o Brasil não desmentem a sua comum raiz histórico-cultural) pode ser muito útil: a distância a que hoje se encontra a 'indústria do futebol' do ideal espiritual e cultural da prática desportiva tão valorizada pelos gregos (onde teve a sua origem) é um pouco a mesma que verificamos entre o ideal da Cultura tal como foi construído no ocidente e a presente 'indústria cultural'¹.

Os europeus, e de entre eles os portugueses em primeiro lugar, cada vez mais obesos e sedentários, profundamente dependentes de uma indústria audiovisual manipuladora, aprofundam a sua passiva paixão pela 'indústria do futebol', alimentada igualmente pela Bolsa de Valores, jornais e jornalistas, árbitros, clubes, empresários e políticos. É todo um circo onde o desporto parece ser a última das realidades a verdadeiramente ter interesse (a este propósito, veja-se um autor português da década de 40 do século passado que chamava já a atenção para a presente possibilidade de perversão do sentido cultural mais fundo da actividade desportiva, SÍLVIO LIMA, 1987).

Na verdade, um mesmo processo parece estar a verificar-se no domínio da Cultura: se o século XIX constituiu o acentuar da dimensão política da Cultura, que sempre lhe foi intrínseca (aqui entendemos o termo 'político', no seu sentido mais lato, no âmbito da reflexão filosófica foucaultiana (FOUCAULT, 1991)), o século XX assistiu à transformação da Cultura numa 'oportunidade de negócio'. Porém a esfera económica é-lhe estrutural e essencialmente estranha, podendo mesmo ferir a sua natureza, no que ela tem de profunda liberdade, criatividade e crítica (precisamente as características que fazem dela hoje um 'produto' tão apreciado).

Repare-se, assim, o quanto a entrada da Cultura, na esfera do mercado, nas sociedades capitalistas burguesas, tornou os indivíduos meros consumidores passivos de artefactos que são simulacros de verdadeiras experiências culturais. O próprio objecto cultural perdeu o seu valor crítico, político e desvelador, passando a estar sujeito à lógica quantitativa e ao critério do sucesso comercial. A democratização e a disseminação deste objectos ditos 'culturais' passaram a ser mais um instrumento de dominação política e económica e menos uma oportunidade de libertação e crítica (WEBER, 1971).

Por seu turno, também o turismo contemporâneo, globalizado e veloz, tornou-nos a todos ávidos de consumo, rápido e superficial, do curioso e da última novidade. A indústria passou a alimentar-se dos equívocos que, consciente e intencionalmente labora, de modo a cobrir-se com o 'manto diáfano' e prestigiante da Cultura, mas agora fabricando as suas 'stars' e 'mecas' culturais, tudo nivelando e equalizando, numa experiência frenética de consumo que apenas permite um simulacro da verdadeira experiência cultural.

Só neste contexto poderemos talvez compreender o sentido mais radical de um livro de Woody Allen (1981), que tem já algumas décadas, e que se intitula *Para acabar de vez com a cultura*.

4 DAS 'POLÍTICAS CULTURAIS' ÀS RELAÇÕES ENTRE CULTURA E POLÍTICA

É sintomático o quanto a questão da Cultura, a definição e compreensão das suas especificidades se tornaram um campo difícil e frequentemente evitado por uma certa abordagem sociológica que não chega a tocar esta questão prévia, para passar directamente aos levantamentos empíricos e estatísticos do que em determinados contextos é dito, visto ou representado como Cultura, para imediatamente passar à construção do que convencionalmente se designa por 'políticas culturais'. Trata-se, na verdade, de uma representação funcionalista do objecto de estudo o qual, num primeiro momento, permite que a investigação e a acção possam avançar rapidamente, mas que não tem os efeitos 'culturais' desejados por muitos dos seus, frequentemente bem intencionados, cultores.

Nas sociedades de reduzida complexidade (inexistentes nos nossos actuais contextos capitalistas e globalizados), Estado e Cultura completam-se, celebrando-se mutuamente, sabendo-se interdependentes. A tradição europeia, desde Sócrates, nasce desta convicção do carácter sagrado e espiritual da Cidade-Estado grega: Sócrates aceita morrer, porque não quer separar os dois poderes (LOURENÇO, 1974). Cristo, por seu turno, se num primeiro momento se entrega à morte para separar estes dois poderes, em última análise, acaba por uni-los pelo sacrifício, tornando-se, deste modo, um fermento de revolução política e social. A partir daqui se inicia, pelo menos superficialmente, uma luta de separação de ambos os poderes, mas na verdade do que se trata é da tentativa de reconduzir e transformar o poder temporal em cultural, tendendo a uma espécie de Estado culturalizado.

Quando o Estado Moderno nasce com Bonaparte, põe-se fim à ficção de séculos de separação dos dois poderes e nasce o Estado totalitário, qualquer que seja a fórmula particular que adopte. Na verdade, nos Estados totalitários, a tentação da 'Política Cultural' por parte do poder instituído é máxima. O resultado é quase sempre a existência de uma actividade cultural 'oficial' que tem como função celebrar e legitimar o poder (BRENNER, 1965; MASON, s/d; MILZA; ROCHEPEZARD, 1989; RICHARD, 1988). Paralelamente, surgem, porém, movimentos culturais oposicionistas, cuja linguagem é essencialmente crítica, que se tornam extremamente dinâmicos, mas com uma vida clandestina e, por vezes, dispondo de meios reduzidos, vendo o seu papel muito limitado e o seu impacto diminuído (cf, entre

outros, LYOTARD, 1989).

A agravar esta situação, Hegel vem colocar sobre o Estado Moderno a obrigação de encarnação Ética por excelência, pesada tradição que os estados marxistas herdarão (MALTEZ, 1991).

Omnipotente e onisciente, o Estado Moderno coloca os meios técnicos e científicos de que dispõe, para controlar, validar ou mesmo vigiar as actividades culturais das quais desconfia, sobretudo se não são realizadas sob o seu patrocínio, surgindo daqui toda a espécie de conflitos. Em situações-limite, nem sequer há lugar para colocar a questão das relações entre Estado e Cultura, pois um e outra são a mesma coisa (ARON, 1965; MILZA; ROCHE-PEZARD, 1989).

4 CONCLUSÃO

Na época presente, nem todos os Estados são iguais: muitos há que deixam ao cuidado das comunidades, associações ou indivíduos isolados a produção cultural. De qualquer forma, nenhum Estado existe que represente o 'grau zero' de antagonismo com a Cultura, que seria pura estrutura de poder, vazia de discurso político. Por definição, todo Estado necessita da Cultura, pois

[...] nenhum Estado vive ou subsiste sem uma representação simbólica ou ideal de si mesmo, dos seus fins e valores específicos e sem pôr ao serviço deles os meios necessários para fazer triunfar ou garantir essa representação simbólica (LOURENÇO, 1974).

A tensão máxima porém entre Estado e Cultura encontramos-na em situações em que o principal móbil da Cultura é já não contestar este ou aquele poder político instituído, mas a noção mesma de poder. A História da Cultura ocidental mostra que é deste máximo impulso de conflitualidade entre ambos os poderes (Cultura e Estado) que a humanidade tem recolhido os principais frutos para o seu desenvolvimento social, económico e político.

Na verdade, o paradoxo actual consiste precisamente no facto de o Estado chamar a si a obrigação de financiar, promover e regulamentar a área da Cultura. O conflito surge de imediato ao nível de uma Cultura que se representa como livre e autodeterminada que de imediato reage a essa espécie de paternalismo estatal, apelidando 'essa' Cultura de 'burguesa e humanista'.

Em última análise, o conflito surge porque aquilo que o Estado imagina como sendo próprio da Cultura é rejeitado como valioso pelos produtores culturais autênticos e autodeterminados. Por seu turno, a Cultura vive em constante estado de autonegação e crítica, tendo «abdicado de todos os privilégios, mas não de definir uma ideia de Poder, quanto mais não seja imaginado mesmo a sua abolição» (LOURENÇO, 1974). Aqui radica o perene conflito (que deve ser aceite como

necessário, e até imprescindível, e não escamoteado) entre Estado e Cultura, o qual tudo ganha em ser enfrentado e aceite como real, não dissolvendo funções e objectivos que lhe são específicos, mas aceitando a diferença e a oposição como também fonte perene de criação e progresso cultural.

Nem outro poderá ser, em nosso entender, o sentido da expressão 'políticas culturais' em sociedades democráticas, se não o de 'gestão do necessário conflito' entre o Estado e a Cultura.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Woody. **Para acabar de vez com a cultura**. 5.ed. Lisboa: Bertrand, 1981.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialectic of enlightenment**. New York: Herder, 1972.

(AIMAC), Association Internationale sur le Management des Arts et de la Culture, **II Conférence internationale sur le management des arts et de la culture: actes de la conférence** (23-25 Juin 1993). Jouy-en-Josas, SN, 1993.

ARON, Raymond, **Democratie et totalitarisme**. Paris: Gallimard, 1965.

BARBIER-BOUVET, Jean-François, **"La culture du chiffre": trente ans d'études au service de la vie culturelle**. Paris: La Documentation Française, 1993.

BRENNER, Hildegard. **La politica culturale del nazismo**. Bari: Laterza, 1965.

BERTALANFFY, Ludwig von, **General system theory: foundations, development, applications**. New York: George Braziller, 1999.

BIROU, A., **"Cultura": dicionário de ciências sociais**. Lisboa: Pub. D. Quixote, 1982. p. 98-99.

BORDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Les héritiers**. Paris: Editions de Minuit, 1964.

BREBISSON, Guy. **Le management des entreprises artistiques et culturelles**. Paris: Economica, 1993.

DUBUFFET, Jean. **Asphyxiante culture**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

ESPINOSA, Emilio Lamo de. **Sociedades de cultura, sociedades de ciencia** - ensayos sobre la condición moderna. Oviedo: Nobel, 1996.

FARCHY, Joelle; SAGOT-DUVAUROUX, Dominique. **Economie des politiques culturelles**. Paris: PUF, 1993.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Lisboa: Edições 70, 1991.

FUMAROLI, Marc. **L'état culturelle**. Paris: Editions de Fallois, 1991.

GENET-DELACROIX, Marie-Claude. **Art et état sous la III^e république**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1992.

GOMBRICH, E.H. **Para uma história cultural**. Lisboa: Gradiva, 1994.

GONZÁLEZ, M.. **Filosofía y cultura**. Madrid: Ed. Sec.XXI, 1992.

GRAY, Ann, McGUIGAN, Jim. **Studying Culture - An Introductory Reader**. London: Edward Arnold, 1993.

GRISWOLD, Wendy. **Cultures and societies in a changing world**. London: Pine Forge Press, 1994.

LAURENT, Jeanne. **Arts et pouvoirs en France de 1793 à 1981**. Saint-Etienne: Université de Saint-Etienne, 1981.

LIMA, Silvio. **Desporto, jogo e arte**. 2.ed. Lisboa: Dir. Geral dos Desportos, 1987.

LOURENÇO, Eduardo. **"Estado e cultura"**: Expresso, 10, 18 de maio 1974.

_____. **O esplendor do caos**. Lisboa: Gradiva, 1998.

_____. **"Da cultura como manto da política"**: Vio, 146, 13 de julho, 2000.

_____. **"A invenção da filosofia como praxis cultural"**: século XX, panorama da cultura portuguesa, I - as ciências e as problemáticas sociais, AAVV, Porto, Afrontamento, Porto 2001, Fund. Serralves, 2002. p. 11-23.

LYOTARD, Jean-François, **A condição pós-moderna**. Trad. José Bragança de Miranda. Lisboa: Gradiva, 1989.

MALTEZ, José Adelino, **Ensaio sobre o problema do Estado**. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1991.

MARX, Karl. **Escritos de juventude**. Lisboa: Ed. 70, 1975.

MASCARENHAS, F.. **"History as an experience versus history as a spectacle"**: controvérsias científicas e filosóficas. Trad. Fernando Gil. Lisboa: Fragmentos, 1990. p. 409-416.

MASON, Paul T. **O totalitarismo**. Lisboa: Ed. Delfos, s/d.

MELO, Daniel. **Salazarismo e cultura popular (1933-1958)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

MILZA, Pierre; ROCHE-PEZARD, F.. **Art et fascisme**. Bruxelas: Ed. Complexe, 1989.

MIRANDA, José A. Bragança de. **Teoria da cultura**. Lisboa: Século XXI, 2002.

MOLLARD, Claude. **Le mythe de babel**. Paris: Grasset, 1984.

_____. **Profession ingénieur culturel**. Paris: Editions Charles le Bouil, 1989.

_____. **Concevoir un équipement culturel**. Paris: Editions du Moniteur, 1992.

_____. **L'Ingénierie culturelle**. Paris: PUF, 1994.

MOULIN, Raymonde. **L'artiste, l'institution et le marché**. Paris: Flammarion, 1992.

Ó, Jorge Ramos do. **Os anos de ferro - o dispositivo cultural durante a 'política do espírito', 1933-1949**. Lisboa: Estampa, 1999.

POMMERENE, Walter; FREY, Bruno. **La culture a-t-elle un prix? commentaire**, Paris: Plon, 1993.

QUENTIN, Anne. **"Un nouveau secteur: le management culturel"**. Le monde de l'éducation, 1993, Juin.

RICHARD, Lionel. **Le nazisme et la culture**. Paris: Ed. Complexe, 1988.

RIOUX, Jean-Pierre, et al. **L'état et la culture**. Paris: Plon, 1991.

RYAN, Kiernan. **New historicism and cultural materialism - a reader**. London: Arnold, 1996.

ROBERTSON, Roland. **Globalização - teoria social e cultura global**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SCHNEIDER, Michel. **La comédie de la culture**. Paris: Seuil, 1993.

STOREY, John. **An introduction to cultural theory and popular culture**. London: Prentice Hall, 1993.

TAPIAS, J. A. Pérez. **Filosofía y crítica de la cultura**. Madrid: Ed. Trotta, 1995.

TURNER, Bryan S. **Theories of modernity and postmodernity**. London: SAGE, 1991.

WEBER, Max. **Economie et société**. Paris: Plon, 1971.

NOTAS

1. Num e noutro domínio se misturam, a pretexto dos mais altos ideais, quer desportivo quer cultural, o poder político e o poder económico como verdadeiros motores destas agora actividades económicas. Os desportistas tornaram-se 'activos dos clubes' que se valorizam e desvalorizam, o negócio do futebol determina 'compra' e 'venda' de jogadores, 'passes e transacções' onde terminou qualquer pudor ético sequer ao nível da linguagem (lembrando passadas épocas da escravatura), revelando o efeito de pura instrumentalização e mercantilização que a entrada no mercado produz inevitavelmente. Todo um 'star system' se desenvolve de imediato, tornando-se os jogadores verdadeiros deuses vivos, montando-se em torno deles um 'marchandise' que se completa com verdadeiros exércitos de técnicos, médicos, psicólogos e 'managers'. Na Europa, a turba alienada, que delira com os desafios de futebol e é incapaz de sequer dar uma corrida para o autocarro, assiste passivamente ao espectáculo, num turbilhão de emoções. Na verdade, trata-se de um dos fenómenos mais básicos de projecção alienante do indivíduo que, por alguns minutos e vulgarmente através de um aparelho de televisão que lhe devolve uma realidade cada vez mais 'real', se imagina ele próprio elemento do jogo. Nada mais falso, como de resto, muito bem sublinhavam os teóricos de Frankfurt, no início do século XX, a propósito do emergente fenómeno do cinema enquanto nova 'indústria cultural' (na verdade, muito do que Adorno e Horkheimer escreveram, a propósito da Indústria Cultural emergente na época conserva uma actualidade surpreendente)

Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista

Doutoranda em Cultura. Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro - Portugal
E-mail-mbaptista@ua.pt

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Campus de Santiago 3810- Aveiro - Portugal